

# O INTRINCADO JOGO DE REMEMORAÇÃO E ESQUECIMENTO NO DISCURSO DE EUCLIDES DA CUNHA SOBRE A CAMPANHA DE CANUDOS

Léa Costa Santana Dias

**Resumo:** Este ensaio pretende investigar como se processa o entrelaçamento entre rememoração e esquecimento no discurso de Euclides da Cunha sobre a Campanha de Canudos. A visibilidade do conflito na atualidade induz os leitores a acreditarem que o interesse pelo tema manteve-se inalterado desde o ano de 1897, quando as notícias sobre a guerra foram amplamente divulgadas no Brasil e em vários países do mundo. Porém, nos anos posteriores ao acontecimento, tornou-se tendência na imprensa o esforço para esquecer Canudos. *Os sertões*, lançado cinco anos após o término do conflito, também assume a inscrição de esquecimento. Na “Nota preliminar” ao livro, Euclides da Cunha se refere à Campanha de Canudos como um tema datado, sinalizando ao leitor que seria outro o tema norteador da obra. Porém, no próprio forjamento da escrita, à medida que se apresenta em substituição ao tema primeiro (a campanha nos sertões baianos), o tema segundo (uma discussão racial, completamente datada nos dias contemporâneos) protagoniza seu próprio esquecimento, e a intenção de esquecer o conflito de Canudos se converte numa outra forma de trazê-lo à lembrança. As noções de esquecimento e rememoração aparecem neste estudo conforme perspectiva de Paul Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento*. Nesse contexto, também são utilizados como fundamentação teórica os ensaios “Luto e melancolia” e “Recordar, repetir e elaborar”, de Sigmund Freud. A concepção de discurso que orienta o ensaio transita entre as noções de “narrativas maiores” e “fundadores de discursividades” ou “instauradores de discursividade”, ambas de Michel Foucault, nos textos *A ordem do discurso* e *O que é um autor?*, respectivamente.

**Palavras-chave:** Euclides da Cunha. *Os sertões*. Campanha de Canudos. Esquecimento. Rememoração.

**Abstract:** This essay intends to investigate how the interweaving between remembering and forgetting is processed in Euclides da Cunha’s speech on the Canudos Campaign. The visibility of the conflict today leads readers to believe that interest in the topic has remained unchanged since 1897, when news about the war was widely disseminated in Brazil and in several countries around the world. However, in the years after the event, an effort to forget Canudos became a trend in the press. *Os sertões*, released five years after the end of the conflict, also assumes the inscription of oblivion. In the “Preliminary Note” to the book, Euclides da Cunha refers to the Canudos Campaign as a dated theme, signaling to the reader that the work’s guiding theme would be another. However, in the very forging of the writing, as it replaces the first theme (the campaign in the backlands of Bahia), the second theme (a racial discussion, completely dated in contemporary times) is the protagonist of its own oblivion, and the intention to forget the Canudos conflict

becomes another way of bringing him to mind. The notions of forgetting and remembering appear in this study according to the perspective of Paul Ricoeur, in *Memory, history, forgetting*. In this context, the essays “Mourning and melancholy” and “Remembering, repeating and elaborating”, by Sigmund Freud, are also used as a theoretical foundation. The conception of discourse that guides the essay transits between the notions of “greater narratives” and “founders of discursivities” or “instarators of discursivity”, both by Michel Foucault, in the texts *The Order of Discourse* and *What is an Author?*, respectively.

**Keywords:** Euclides da Cunha. Os sertões. Canudos Campaign. Forgetfulness. Remembrance.

*Os sertões*, de Euclides da Cunha, lançado em 02 de dezembro de 1902, parece uma dessas “narrativas maiores” que Michel Foucault, em aula inaugural pronunciada no Collège de France em 02 de dezembro de 1970, supõe haver em todas as sociedades. Maiores porque “se contam, se repetem e se fazem variar” (FOUCAULT, 2009a, p. 22). Afinal, de inquestionável potência seminal, o livro continuamente reaparece, com variações, contando de novo os eventos da Guerra de Canudos: seja através de recursos e artifícios teatrais, televisivos, cinematográficos, pictóricos, coreográficos ou musicais que o revisitam para a elaboração de novos discursos; seja através dos diversos romances europeus e latino-americanos que o rememoram; seja através dos discursos que o retomam com ressalvas, por vezes com avaliações denegatórias.

As “narrativas maiores”, segundo Foucault, são “[...] fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza”. Seriam os textos religiosos ou jurídicos e literários (*ibid.*, p. 22). Mesmo negadas – e também porque negadas, poderia ser acrescentado —, essas narrativas permanecem sendo contadas, repetidas e sujeitas a variações, já que o próprio ato de negar pressupõe contar de novo, repetir e transformar. Por existirem produções textuais com essas características é que, nas sociedades, ainda conforme o crítico francês, os discursos estariam desnivelados entre si, compondo dois grupos distintos. Num deles, estariam “os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou”. No outro,

estariam “os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (*ibid.*, p. 22, grifos do autor).

Sob essa perspectiva teórica, no último grupo poderia ser inserida a narrativa de *Os sertões*, já que às suas páginas sempre há a possibilidade de retorno. O próprio autor aparenta requerer para seu livro uma vocação seminal, quando se recusa a narrar eventos finais da Guerra de Canudos:

Não há relatar o que houve a 3 e a 4.

[...].

Fechemos este livro.

[...].

Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos [...]. Esta página [...] cerramo-la vacilante e sem brilhos (CUNHA, 2002a, p. 777-779).

Embora ausente de Canudos nos últimos momentos da guerra, não se pode afirmar sobre Euclides da Cunha que não relatou os acontecimentos dos dias 03 e 04 de outubro por não os ter presenciado, pois eventos posteriores a estas datas são narrados no livro, como é o caso da exumação do cadáver de Conselheiro, ocorrida em 06 de outubro, assim também como outros episódios anteriores à sua chegada, em 16 de setembro. Sendo assim, o silêncio não significa a falência da capacidade narrativa, mas o registro, na escrita, de que sobre a guerra sempre haveria algo a ser dito. Convocado a fechar o livro, o leitor parece inquirido a preencher a página “vacilante e sem brilhos” que o escritor optou por não escrever. O vazio da página funciona como um convite para rasurar as intenções autorais iniciais e dar continuidade à narrativa, outorgando-lhe múltiplas significações, assim como o fizera Euclides por meio das muitas visitas aos textos alheios, que aparecem reconfigurados em sua tradução discursiva sobre a Campanha de Canudos.

Textos com alta potência seminal, a exemplo da narrativa *Os sertões*, concedem uma posição privilegiada a seus autores, possibilitando-lhes, sob certos aspectos, sua inserção dentre os “fundadores de discursividades” aos quais se refere Michel Foucault, em “O que é um autor?”, datado de 1969.

Conforme o teórico, a função autor não é exercida da mesma maneira em todos os discursos. Na civilização ocidental, houve tempos em que os textos atualmente chamados de literários – contos, narrativas, epopeias, tragédias, comédias etc. – eram aceitos sem que sua autoria fosse considerada. O anonimato não constituía uma dificuldade para serem postos em circulação e valorizados. A antiguidade, real ou suposta, era a garantia suficiente para sua aceitabilidade. Em contrapartida, durante a Idade Média, os textos hoje chamados de científicos não eram aceitos como portadores do valor de verdade sem a marcação do nome do autor. Somente a partir dos séculos XVII e XVIII, começou-se a aceitar os discursos científicos pelo que apresentavam de “verdadeiro” ou “demonstrável”, sem a indicação de autoria. Nesse caso, apagou-se a função autor, e o nome do inventor passou a servir, no máximo, para denominar teoremas, proposições, efeitos notáveis, propriedades, corpos, conjuntos de elementos etc. Por outro lado, não mais se aceitou o anonimato nos discursos literários. A qualquer texto de poesia ou de ficção, passou-se a perguntar pelo nome do autor, pela data da escrita, pelas circunstâncias em que foi escrito, pelo projeto a que pertence. O sentido que se lhe atribui e o valor que nele se reconhece dependem da maneira pela qual essas questões são respondidas (FOUCAULT, 2009b, p. 48-49).

Entretanto, na ordem do discurso, é possível ser mais que o autor de uma teoria, uma tradição ou uma disciplina dentro das quais outros livros e autores poderão se posicionar. Esse papel foi desempenhado por Homero, Aristóteles, os primeiros matemáticos e aqueles que estiveram na origem da tradição hipocrática. Estariam tais pensadores numa posição “transdiscursiva”. Na Europa, durante o século XIX, surgiram autores com características semelhantes, que não poderiam ser confundidos com escritores literários considerados grandes, tampouco com produtores de textos religiosos canônicos ou com construtores de postulados científicos (*ibid.*, p. 57-58). São os “fundadores de discursividade”, que se destacam não por serem os autores de suas obras e livros, mas por produzirem alguma coisa a mais: “a possibilidade e a regra de formação de outros textos” (*ibid.*, p. 58).

Segundo Foucault, os primeiros e mais importantes “instauradores de discursividade” são Marx e Freud. Suas ações são diferenciadas das de um autor de romance ou fundador de ciência. Enquanto o autor de um romance abre espaço para certo número de semelhanças e analogias que partem de sua própria obra, com signos, figuras, relações e estruturas que podem ser reutilizadas por outros autores; os “instauradores de discursividade” não tornam possível apenas certo número de analogias, mas também certo número de diferenças. Eles possibilitam o surgimento de outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram (*ibid.*, p. 59-60). A instauração da discursividade também se diferencia da fundação de uma cientificidade, pois esta sempre pode ser reintroduzida no interior da maquinaria das transformações dela derivadas (*ibid.*, p. 60-61). Na obra dos “fundadores de discursividade” não se reconhecem certas proposições como falsas. Apenas são afastados os enunciados impertinentes, ou por serem considerados não essenciais, ou por serem provenientes de outro tipo de discursividade. Ao contrário da fundação de uma ciência, a instauração discursiva não faz parte das transformações ulteriores. Em relação a estas, ela permanece retirada e em desequilíbrio. O que caracteriza a instauração de discursividade é a exigência de “retorno”, que se diferencia dos fenômenos de “redescoberta” e “reatualização”, produzidos com frequência no campo das ciências. Na “redescoberta”, os fenômenos de analogia ou isomorfismo tornam perceptível uma figura que foi embaralhada ou que desapareceu. Na “reatualização”, há a reinserção de um discurso num domínio novo de generalização, aplicação ou transformação (FOUCAULT, 2009b, p. 62-64). No “retorno”, é necessário que haja esquecimento, não esquecimento acidental, por alguma incompreensão, “[...] mas esquecimento essencial e constitutivo” (*ibid.*, p. 64). Porém, o ato de instauração discursiva é de tal ordem que não pode ser esquecido. O que o manifesta e o que dele deriva é, ao mesmo tempo, o que estabelece a distância e o mascaramento. O esquecimento não é acrescentado do exterior. Ele faz parte da própria discursividade. Nesses moldes, a instauração discursiva é, simultaneamente, a razão de ser do esquecimento e a possibilidade de sua manifestação, de tal maneira que o esquecimento e o impedimento do retorno só podem ser interrompidos

pelo próprio retorno. O retorno se dirige ao que está presente no texto, ao texto em sua nudez, e também aos seus vazios, ausências e lacunas (*ibid.*, p. 64-65). Ele se caracteriza por um jogo que consiste em dizer, por um lado, que tudo estava dito, precisando apenas ser lido: “foi preciso os olhos estarem muito fechados e os ouvidos muito tapados para que se não visse e ouvisse”; e, por outro, que nada estava dito: “[...] nenhuma das palavras visíveis e legíveis diz alguma coisa sobre o que está em questão, trata-se antes do que é dito, através das palavras, no seu espaçamento, na distância que as separa.” (*ibid.*, p. 65). É assim que, fazendo parte do discurso e nele sempre operando modificações, o retorno transforma a própria discursividade (*ibid.*, p. 65-66).

Algumas das características atribuídas por Michel Foucault aos “fundadores de discursividade” podem ser encontradas em Euclides da Cunha, notadamente porque parece ser sempre possível a formação de novos textos a partir de *Os sertões*, a mais seminal das obras do autor. O retorno ao livro torna possível certo número de analogias e também certo número de diferenças. Quando se fala em “analogias”, refere-se à utilização da obra como modelo ou princípio para outros autores – seus signos, figuras, imagens, relações e estruturas. Nessa categoria se inserem os diversos romances europeus e latino-americanos que rememoram *Os sertões*: *O mago do sertão* (1952), do francês Lucien Marchal; *A aldeia sagrada* (1953), de Francisco Marins; *João Abade* (1958), de João Felício dos Santos; *Capitão jagunço* (1959), de Paulo Dantas; *Verdicto em Canudos* (1970), do húngaro Sándor Márai; *A guerra do fim do mundo* (1981), do peruano Mario Vargas Llosa; *A casca da serpente* (1989), de José J. Veiga; *As meninas do Belo Monte* (1993), de Júlio César Chiavenato; *Canudos* (1997), de Ayrton Marcondes; *O sertão vai virar mar* (2002), de Moacyr Scliar; *O pêndulo de Euclides* (2009), de Aleilton Fonseca etc. Quando se fala em “diferenças”, refere-se a algo ausente da obra, mas que, simultaneamente, pertence ao que foi fundado no instante da instauração da discursividade. São diversas as produções culturais que retomam *os sertões* como ponto de partida, mesmo sem o interesse de rememorar os fenômenos da Guerra de Canudos. São exemplos dessa dinâmica o espetáculo *O berço do herói* (1963), de Alfredo Dias Gomes, que serviu de inspiração para a telenovela *Roque Santeiro*, exibida

pela Rede Globo, em 1985; e o livro *Estação Carandiru* (1999), de Dráuzio Varella<sup>1</sup>, que motivou as produções cinematográficas *Estação Carandiru* (2003) e *Carandiru e outras histórias* (2005), ambas dirigidas por Hector Babenco. Também há produções que rememoram Canudos, indo buscar em *Os sertões*, enquanto texto de partida, o “segredo” ou a “riqueza” aos quais se refere Michel Foucault (FOUCAULT, 2009a, p. 22), ao mesmo tempo em que sentem a necessidade de demarcar o distanciamento em relação ao livro revisitado. Desse modo é que fazem emergir o que estava ausente da obra, embora pertencente ao que foi fundado no instante da instauração da discursividade. Podem ser mencionados os seguintes exemplos: os filmes *Deus e o diabo na terra do sol* (1964), de Glauber Rocha, e *A Guerra de Canudos* (1997), de Sérgio Rezende; o balé Parabelo, do grupo *Corpo*, de Belo Horizonte; o Teatro oficina, dirigido por José Celso Martinez; e o samba-enredo “Os sertões”, de Edeor de Paula, inspirado na assertiva euclidiana “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 2002a, p. 207). A composição carnavalesca animou o desfile da escola de samba *Em cima da hora*, do Rio de Janeiro, em 1976, contando com a presença de cerca de 2.000 figurantes, durante uma apresentação na Avenida Presidente Vargas.

Várias são as produções literárias, teatrais, televisivas, cinematográficas, pictóricas, coreográficas e musicais que rememoram *Os sertões*, partindo de seus vazios, ausências e lacunas, em busca do que está no texto à espera de decodificação, ou à procura do que não está dito no texto através de “palavras visíveis e legíveis”. O esquecimento é a condição primeira para o retorno. “Regressa-se a um certo vazio que o esquecimento tornou esquivo ou mascarou,

---

<sup>1</sup> Conforme Denise Carrascosa, é o próprio Dráuzio Varella quem enfatiza o diálogo com *Os sertões*. A autora declara ter obtido a informação através do professor Márcio Serelle da PUC-MG, durante uma das sessões de comunicações do Simpósio Literatura e Cultura das Mídias, da ABRALIC/2006. Conforme a pesquisadora, a divisão temática de *Estação Carandiru* equivale às três partes da obra euclidiana. De “Estação Carandiru” a “Pena capital”, quando se apresenta a casa de detenção com descrição minuciosa de sua organização física, as semelhanças estão relacionadas com “A terra” – a primeira parte do livro de Euclides da Cunha. De “Laranja” até “O filho pródigo”, em que são construídos perfis de homens encarcerados, as semelhanças são com “O homem” – a segunda parte de *Os sertões*. De “Aprendiz de feiticeiro” a “O rescaldo”, em que são narradas cenas do massacre, os diálogos são estabelecidos com “A luta” (CARRASCOSA, 2010, p. 141).

que recobriu com uma falsa ou defeituosa plenitude, e o retorno deve redescobrir essa lacuna e essa falta; daí o jogo perpétuo que caracteriza os retornos à instauração discursiva.” (FOUCAULT, 2009b, p. 65).

Em 1897, sobretudo após o malogro da Terceira Expedição, em que perderam a vida o coronel Moreira César e o coronel Tamarindo, a sociedade brasileira exigia do Exército ações efetivas no combate à insurreição nos sertões baianos. Em alguns textos publicados em *O Estado de S. Paulo*, Euclides demonstra certo alinhamento com essa forma de pensar. Nesse sentido, sua atuação como correspondente de guerra permite-lhe a inserção dentre os corresponsáveis pelo desfecho trágico do conflito, já que o jornal participou da manipulação da opinião pública contra os conselheiristas. Porém, algum tempo depois, opera-se em Euclides, na rememoração dos eventos da Guerra de Canudos, o “esquecimento essencial e constitutivo” ao qual se refere Michel Foucault (*ibid.*, p. 64), sem o qual a escrita denunciativa de *Os sertões* não seria possível, tampouco as diversas produções culturais que a ele retornam enquanto texto de partida.

Em “Notas à segunda edição”, de 27 de abril de 1903, Euclides se inscreve como um historiador comprometido com a exposição objetiva e honesta dos acontecimentos, atento aos depoimentos das testemunhas e aos documentos consultados, e avesso a qualquer postura tendenciosa que o identificasse como um aliado ou defensor de algum dos grupos envolvidos no conflito em Canudos. Por mais que *Os sertões*, desde a publicação, tenha se projetado no cenário nacional como um libelo em favor dos sertanejos, recebe do autor a ressalva de que não se trata de um livro de defesa:

Não tive o intuito de defender os sertanejos, porque este livro não é um livro de defesa; é, infelizmente, de ataque.

Ataque franco e, devo dizê-lo, involuntário. Nesse investir, aparentemente desafiador, com os singularíssimos civilizados que nos sertões, diante de semibárbaros, estadearam tão lastimáveis selvaticezas [...] (CUNHA, 2002b, p. 784).

Por outro lado, no livro, à medida que condena a selvageria do Exército republicano, o escritor mais se aproxima da postura assumida no ano anterior, numa carta ao amigo Francisco Escobar, datada de 21 de abril de 1902, quando se esquece do entusiasmo republicano com o qual partira para Canudos em agosto de 1897, e se projeta como um advogado da causa sertaneja: “Serei um vingador e terei desempenhado um grande papel na vida – o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária...” (CUNHA, 1997, p. 133).

Ainda assim, conforme se observa em “Nota preliminar”, num intrincado jogo de rememoração e esquecimento, outro é o assunto escolhido como principal para nortear a escrita de *Os sertões*, em substituição ao tema que se imaginava esquecido ou se desejava esquecer:

[...] este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a sua atualidade, rememorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar.

Demos-lhe, por isto, outra feição, tornando apenas variante de assunto geral o tema, a princípio dominante, que o sugeriu.

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil (CUNHA, 2002c, p. 65).

De início, a “outra feição” concedida à obra aparenta alinhar o autor à tônica dos discursos correntes no período pós-guerra, quando se tornou tendência na imprensa o esforço para esquecer Canudos. Em *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, nenhuma matéria foi publicada para lembrar o primeiro aniversário do término do conflito, ocorrido em 05 de outubro de 1898. O mesmo aconteceu no primeiro aniversário de *Os sertões* e no primeiro aniversário de morte de Euclides da Cunha. Em 05 de outubro de 1907, dez anos após o fim da guerra, nada foi publicado sobre o assunto (PINHEIRO, 2012, p. 215-216). O esquecimento surpreende porque a Campanha de Canudos foi o primeiro evento histórico brasileiro a ter cobertura diária na imprensa (LEVINE, 1995, p. 53). Trata-se, conforme Walnice Nogueira Galvão, do acontecimento jornalístico mais importante do ano de 1897 (GALVÃO, 1976, p. 55). Ao tempo

que as notícias sobre o fato foram amplamente divulgadas no Brasil, também o foram em vários países do mundo, transformando a guerra, segundo Berthold Zilly, num “[...] evento de mídia não só no Brasil, mas nas Américas e em toda a Europa [...]” (ZILLY, 2002, p. 63).

De fato, nesse contexto, conforme sinaliza Euclides da Cunha em “Nota preliminar” (CUNHA, 2002c, p. 65), quando se publicou *Os sertões*, já se podia considerar a Campanha de Canudos um tema datado, justificando-se, portanto, a impressão de uma “nova feição” ao livro. Porém, à medida que se apresenta em substituição ao primeiro assunto (a campanha nos sertões baianos), o segundo assunto (o esboço sobre “os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil”) protagoniza seu próprio esquecimento, e a intenção de esquecer o conflito de Canudos se converte numa outra forma de trazê-lo à lembrança.

Sobre a memória de Canudos, mesmo contestando o caráter de narrativa oficial durante anos atribuído a *Os sertões* e sendo um dos principais sujeitos envolvidos no processo de revisão histórica do acontecimento, José Calasans admite o esquecimento do tema no período pós-guerra e atribui o retorno do interesse à publicação de *Os sertões*: “A obra do jovem engenheiro fluminense, aparecida cinco anos depois da luta sangrenta do interior da Bahia, recolocou em evidência os acontecimentos de 1897 [...]” (SILVA, 1997, p. 11). Em outro momento, numa entrevista publicada por Marco Antonio Villa, o historiador associa ao livro de Euclides da Cunha a visibilidade concedida à história de Canudos nos tempos atuais: “Acho que não estaríamos conversando aqui se não tivesse *Os sertões*, não é isso? Não estaríamos de forma nenhuma. Porque veja você, o Centenário da Revolução Federalista passou quase em branco” (VILLA, 1998, p. 48).

A intenção de imprimir uma “nova feição” ao livro, conforme proposto em “Nota preliminar” (CUNHA, 2002c, p. 65), é sintoma do tempo de esquecimento em que se converteu o período pós-guerra, em esforço para tornar suportável o trauma vivenciado pela nação com o término do conflito e a divulgação de inúmeros relatos sobre as barbáries cometidas pelos republicanos. Nesse contexto, eclodiram no país tensões advindas das constantes e in-

cômodas lembranças daquilo que, por ser traumático, precisava ser esquecido, mas encontrava no próprio trauma as razões para o impedimento do esquecimento – a vitória ignominiosa do Exército republicano e a responsabilidade da sociedade por esse desfecho. A opinião pública se modificou, desencadeando um sentimento coletivo de *mea culpa*, que requeria um meio através do qual pudesse ser realizado um movimento catártico. Em 1902, com o lançamento de *Os sertões*, surgiu o mecanismo capaz de suprir a necessidade nacional.

O trauma decorrente da experiência da Guerra de Canudos parece ter desencadeado no país um sentimento de perda, bem próximo daquele analisado por Freud no ensaio “Luto e melancolia”. Conforme o psicanalista, a melancolia apresenta pontos em comum com o sentimento de luto. Nas duas situações, em reação à perda, o sujeito é acometido por um sentimento doloroso. O luto é a reação à perda de um ente querido ou de alguma abstração que ocupa seu lugar, como a pátria, a liberdade ou algum ideal. Geralmente é superado após certo lapso de tempo, sendo inapropriada ou mesmo prejudicial qualquer interferência em relação a ele. No sujeito em luto, há o desinteresse pelo mundo exterior – por não promover a rememoração do falecido —, a perda da capacidade de eleição de um novo objeto de amor – o que significaria substituir o pranteado – e o afastamento de toda memória que não esteja relacionada à figura do morto. Na melancolia, esse quadro é acrescido da diminuição de autoestima, e o sujeito não consegue discernir com clareza o objeto perdido. Além disso, em estado de melancolia, o ego não consegue libertar sua libido do objeto perdido. O fato de desaparecer após certo tempo sem deixar grandes marcas no sujeito é um traço que a melancolia partilha com o luto. Porém, é com o trabalho de luto que o ego consegue manter-se livre e desinibido (FREUD, 2010a, p. 172-186).

O tempo de luto necessário à libertação do ego em relação ao objeto perdido é um tempo de lembrança, e não há libertação se o objeto perdido não puder ser claramente reconhecido ou identificado. Sobre Canudos, não parece temerária a afirmativa de que os acontecimentos relacionados à campanha instauram como objeto perdido a sensação de unidade nacional, que se desfaz quando se expõe ao país a fragilidade simbólica do outro desconhecido, com-

batido exaustivamente por todo o potencial bélico do Estado até ao extermínio completo. Nesse caso, em decorrência da crise com o reconhecimento do objeto perdido, aflora um sentimento coletivo de *mea culpa* pela participação no desenrolar dos acontecimentos, muitas vezes expressa sob a forma de omissão, já que poucas foram as vozes favoráveis a Canudos durante o conflito. A cura do trauma do *eu* coletivo se processa através desse movimento oportunizado e realizado pelo trabalho de lembrança.

O excesso de memória durante a guerra pode parecer, a princípio, ter desempenhado a função de libertar o ego nacional em relação ao objeto perdido. Porém, conforme sinaliza Sigmund Freud em “Recordar, repetir e elaborar”, repetir não é o mesmo que lembrar. Quando o paciente não se recorda de alguma coisa que esqueceu e reprimiu, ele não reproduz o fato esquecido em forma de lembrança, mas em forma de ação, obviamente sem a consciência de que o repete. O ponto de partida da reflexão de Freud é a identificação do obstáculo principal para a recordação e perlaboração do trauma. Esse obstáculo, atribuído às resistências do recalque, é designado de compulsão de repetição, caracterizada pela tendência da passagem ao ato, que substitui a lembrança. Se, conforme o psicanalista, o paciente repete em vez de lembrar, a repetição equivale a esquecimento (FREUD, 2010b, p. 199-209).

Durante o tratamento, o paciente não pode fugir a esta compulsão à repetição, que é sua maneira de recordar. A transferência e a resistência são características da compulsão pela repetição. A transferência significa, ela própria, apenas um fragmento da repetição; e a repetição, uma transferência do passado esquecido. Também o papel desempenhado pela resistência é facilmente identificável. Quanto maior a resistência, mais extensivamente a atuação (repetição) substituirá o recordar. Ou seja, o paciente repete em vez de recordar, e repete sob as condições da resistência. Por isso, é aconselhável conceder ao paciente tempo suficiente para familiarizar-se com a resistência que o conduz à repetição, a fim de que lhe sejam fornecidas as condições necessárias para tornar-se capaz de elaborá-la, superá-la. Somente quando a resistência está no auge, é que o analista consegue ter acesso aos impulsos reprimidos que alimentam a resistência do paciente, tornando-se ao mesmo tempo apto para

conduzi-lo à conscientização do impacto que tais impulsos exercem sobre sua vida. Desse modo, a repetição dará lugar à lembrança, indispensável para a conscientização do acontecimento traumático e a consequente perlaboração (FREUD, 2010b, p. 201-209).

Em suas leituras sobre memória e esquecimento, Paul Ricoeur ratifica três ensinamentos da psicanálise: primeiro, o trauma permanece mesmo quando inacessível, indisponível, dando ensejo aos fenômenos de substituição, aos sintomas; segundo, o passado vivenciado é indestrutível, de modo que, “em circunstâncias particulares, porções inteiras do passado reputadas esquecidas e perdidas podem voltar”; terceiro, a perlaboração em que consiste o trabalho de rememoração não ocorre sem o trabalho do luto, necessário para o desprendimento dos objetos perdidos do amor e do ódio (RICOEUR, 2007, p. 452-453). Ricoeur retoma os ensaios “Recordar, repetir e elaborar” e “Luto e melancolia”, de Sigmund Freud, para assinalar que memória impedida equivale a memória esquecida, e para reiterar que a compulsão de repetição impede a conscientização do acontecimento traumático (*ibid.*, p. 452). Conforme o teórico, a memória impedida é também uma memória ferida, uma memória enferma (*ibid.*, p. 83).

A retomada da teoria de Freud nos estudos de Ricoeur é relevante por possibilitar uma associação entre a melancolia e a compulsão de repetição, e entre o trabalho de luto e o trabalho de lembrança. Freud sinaliza não ser possível a perlaboração do trauma, se no lugar da lembrança persistir a repetição, e se no lugar do luto persistir a melancolia. Sobre o tema, Paul Ricoeur acrescenta:

É por esse aspecto que o trabalho de luto pode ser comparado com o trabalho da lembrança. [...] pode-se sugerir que é enquanto trabalho da lembrança que o trabalho de luto se revela custosamente, mas também reciprocamente, libertador. O trabalho de luto é o custo do trabalho da lembrança; mas o trabalho da lembrança é o benefício do trabalho do luto (RICOEUR, 2007, p. 86).

A substituição da lembrança pela repetição e a substituição do luto pela melancolia são sintomas que marcam a história do trauma de Canudos. Durante o conflito e no período imediatamente posterior, observa-se um tem-

po de melancolia, expressa pela compulsão de repetição, uma ação substitutiva da lembrança, ineficiente, portanto, para promover a perlaboração. À repetição, que designa sobretudo esquecimento, sucede outra estratégia de esquecimento, o silenciamento sobre o tema – sintomático do trauma preservado pela melancolia repetitiva, ao mesmo tempo necessário para o trabalho de luto, sem o qual o eu não se liberta da angústia desencadeada pela ausência do objeto perdido. O silenciamento é um tempo de resistência à lembrança, mas é também ele que fornece à nação as condições para familiarizar-se com a melancolia repetitiva e se entregar ao trabalho de luto. Nesse contexto, a lembrança tende a substituir a repetição, e o luto tende a substituir a melancolia.

Na transição entre uma movimentação e outra, Euclides da Cunha inscreve em *Os sertões* o esquecimento do tema Canudos, e inaugura o gênero das grandes interpretações sobre o Brasil, ao qual posteriormente se filiariam nomes como Manuel Bonfim, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Por sua vez, como o trabalho de luto não se processa distanciado do trabalho de lembrança, a intenção de esquecer Canudos é também um caminho para trazer o trauma à lembrança e oportunizar a perlaboração. Porém, o retorno do trauma à lembrança não promove a recuperação do passado, posto que, apesar de indestrutível, é inacessível via linguagem. Com o livro, realiza-se o trabalho de luto, após um tempo anterior de silenciamento, suficiente para o *eu* coletivo familiarizar-se com a resistência que o conduz à repetição, mas o que se diz lembrança é também esquecimento: primeiro, pelas seleções e escolhas do autor, por ser sempre possível narrar de outra maneira; segundo, porque o autor se pronuncia em nome de outrem, inevitavelmente destituindo sujeitos sociais do poder de narrarem a si mesmos; terceiro porque, estando o passado irremediavelmente perdido, não havendo meios para ser evocado aquilo que aconteceu um dia, não se rememora o evento histórico real, mas sua construção discursiva.

Ainda assim, ou talvez por isso, não há como negar que *Os sertões* tenha se convertido, desde a publicação, num libelo contrário ao Estado e favorável aos mártires de Canudos. As escolhas e seleções do autor na configuração narrativa permitem sua inscrição como aquele que assume, em relação aos sertanejos, o dever de memória.

Segundo Paul Ricoeur, “o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si.” Dentre todas as virtudes, “a da justiça é a que, por excelência e por constituição, é voltada para outrem.” Ao extrair das lembranças traumatizantes um valor exemplar, é a justiça que transforma a memória em projeto (RICOEUR, 2007, p. 101). Nesse sentido, é pelo dever de memória, que é também dever de justiça, que Euclides da Cunha não apenas faz aflorar no país um sentimento coletivo de *mea culpa* pelo desfecho trágico do conflito em Canudos, como também se constitui a si mesmo, conforme se observa em carta a Escobar datada de 21 de abril de 1902, o advogado da causa sertaneja (CUNHA, 1997, p. 133).

No dever de justiça, conforme Ricoeur, está implícita a necessidade de ser paga uma dívida. Por sua vez, a dívida resgatada pelo dever de memória e de justiça é inseparável da ideia de herança. Saldada a dívida, importa submeter a herança a inventário (RICOEUR, 2007, p. 101). Sobre Canudos, o dever de justiça é trazer à lembrança os mártires da guerra, papel amplamente realizado pela narrativa de *Os sertões*, desde a publicação até os tempos atuais, sobrevivendo à deflagração dos discursos de revisão histórica.

Para a sobrevivência do tema Canudos na contemporaneidade, mesmo sendo possível falar em supressão da voz do outro pela voz autorizada e digna de crédito, são notáveis as contribuições do discurso forjado pela narrativa reconhecida e valorizada como oficial. Esta é a herança que requer ser inventariada. A própria noção de revisão que orienta as leituras não euclidianas sobre o conflito nos sertões baianos pressupõe a existência de um conteúdo a ser reescrito. Sob esse aspecto, os discursos de releitura histórica só parecem possíveis porque há uma narrativa autorizada, sempre por se dizer, que permite ou requer ser contestada, sempre predisposta a atuar como texto de partida para novas produções culturais. O inacabamento de *Os sertões* parece reproduzir o inacabamento do trabalho de luto ao qual se refere Paul Ricoeur, em suas leituras sobre o ensaio “Luto e melancolia”, de Sigmund Freud:

[...] o trabalho de luto, na medida em que exige tempo, projeta o artesão desse trabalho à frente de si mesmo: doravante, ele continuará a cortar um por um os vínculos que o submetem ao império dos objetos perdi-

dos de seu amor e de seu ódio; quanto à reconciliação com a própria perda, ela permanece para sempre uma tarefa inacabada [...] (RICO-EUR, 2007, p. 100).

No luto, há um objeto perdido desencadeador de uma crise que requer um tempo de lembrança para ser superada. No conflito de Canudos, desencadeia a crise e percepção de que há um outro exaustivamente combatido pelo Estado, que desfaz a sensação de unidade nacional à medida que expõe a aquiescência da nação no desenrolar dos acontecimentos. Nesse caso, a nação se expõe fragmentada, tornando-se uma parte dela o objeto perdido pranteado durante a experiência que se inscreve como tempo de luto, e a outra parte a realidade que pranteia, sobretudo por se imaginar ou se propor em unidade. Sendo assim, o permanente trabalho de luto realizado a partir dos retornos discursivos a *Os sertões* necessita não apenas cortar os vínculos da nação com o objeto perdido, mas também promover a difícil e dolorosa reconciliação com a perda, sendo ela mesma uma tarefa em permanente inacabamento.

## Referências

CARRASCOSA, Denise. Pra viver no país das calças bege. *Revista Outros Sertões*, Salvador, UNEB, n. 4, p. 140-150, dez. 2010.

CUNHA, Euclides da. *Correspondência de Euclides da Cunha (1890-1909)*. Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti (Org.). São Paulo: EDUSP, 1997. 456p.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: Campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002a. 928p. (Clássicos Comentados, I).

CUNHA, Euclides da. Notas à segunda edição. *Os sertões: Campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002b. p. 783-92. (Clássicos Comentados, I).

CUNHA, Euclides da. Nota preliminar. *Os sertões: Campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002c. p. 65-67. (Clássicos Comentados, I).

DIAS, Léa Costa Santana. *Euclides da Cunha em terras baianas e amazônicas: impressões de um viajante sobre sertões brasileiros e outros espaços*. 2015. 289f. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Instituto de Letras / Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009a. 80p.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Trad. António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 7. ed. Lisboa: Vega, 2009b. 164p.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. p. 170-194. (Obras completas, 12).

FREUD, Sigmund. *Recordar, repetir e elaborar. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos*. Trad. Paulo César de Souza. 2. reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2010b. p. 193-209. (Obras completas, 10).

GALVÃO, Walnice Nogueira. De sertões e jagunços. *Saco de gatos: ensaios críticos*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976. p. 65-85.

LEVINE, Robert M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos no Nordeste brasileiro*. Trad. Monica Dantas. São Paulo: EDUSP, 1995. 400p.

PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. *A construção do acontecimento histórico: o discurso do jornal O Estado de S. Paulo sobre a Guerra de Canudos e sobre as comemorações do seu centenário*. 2012. 315f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2007. 536p.

SILVA, José Calasans Brandão da. Canudos não euclidiano. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997. p. 11-24. (Coleção Memória da Bahia, 5).

VILLA, Marco Antonio. *Calasans, um depoimento para a história*. Colaboração de José Carlos da Costa Pinheiro. Salvador: UNEB, 1998. 137p.

ZILLY, Berthold. Uma crítica precoce à “globalização” e uma epopéia da literatura universal: *Os sertões* de Euclides da Cunha, cem anos depois. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 63-72.

**Recebido em 20 de novembro de 2022.**

**Aceito em 15 de dezembro de 2022.**